



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

397
F

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação Nº 0296563-7

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Agravada: Maria de Fátima da Silva

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO DE AGRAVO. CORTE DE ENERGIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. ASTREINTES. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Quando se tratar de matéria consumerista, é devida a inversão do ônus da prova, no momento em que é verificada a verossimilhança das alegações do autor ou for este hipossuficiente.
2. As astreintes são impostas a fim de inibir a omissão diante de uma determinação judicial. Além de coagir, também tem por objetivo proporcionar ao inadimplente um desconforto de ordem material como medida pertinente para embaraçar novas omissões lesivas.
3. Os cerne do cálculo do *quantum* das astreintes deverão ser o período de inadimplência da obrigação de fazer e o tempo em que a parte ficou sem ter sua pretensão satisfeita.
4. As astreintes devem ser suficientes para inibir o inadimplemento e demonstrar que é mais vantajoso cumprir a obrigação de fazer do que pagar a pena pecuniária.
5. Agravo improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo em Apelação nº 0296563-7, em que figura como Agravante COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE e Agravada MARIA DE FÁTIMA DA SILVA, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo integralmente a decisão hostilizada. Tudo conforme a ementa e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 21 de março de 2013.


Des. Jones Figueirêdo Alves
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

1

398

[Assinatura]

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação n° 0296563-7

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Agravado: Maria de Fátima da Silva

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

RELATÓRIO:

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE apresenta o presente Recurso de Agravo contra decisão monocrática que, nos precisos termos do art. 557, §1º-A do Código de Processo Civil, negou provimento ao recurso de apelação (fls. 363/369).

A tese da agravante situa-se na necessidade de reconsideração da decisão terminativa em deslinde - que negou provimento ao Recurso de Apelação interposto pela parte ré, de modo a ratificar a condenação imposta pelo juízo de 1º grau.

Pugna ao final pelo provimento do presente agravo, com a conseqüente reforma da decisão monocrática para acatar integralmente a razão recursal expendida.

Não acolhendo esta Relatoria a insurgência da ora recorrente, coloco o processo em mesa, para julgamento.

É o relatório, em suma.

VOTO:

Para melhor compreensão da questão trazida, tenha-se o inteiro teor da decisão hostilizada:

DECISÃO TERMINATIVA:

Vistos, etc.

Cuida-se de apelação cível interposta por Companhia Energética de Pernambuco – CELPE em face de sentença de fls. 317/318, exarada em sede de impugnação ao cumprimento de sentença, perante a 29ª Vara Cível de Recife.

Tal sentença rejeitou a impugnação de fls. 290/303 e, por se inferir dos autos que o débito executado foi integralmente satisfeito, julgou extinta a fase executiva do feito.

[Assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

2

399

[Assinatura]

Inconformada com o mencionado *decisum*, a ré interpôs apelação (fls. 321/334). Aduziu, em síntese, que não é devida a incidência da multa diária por descumprimento da obrigação de fazer após a decisão do Agravo de Instrumento e o depósito de parte das astreintes, porquanto a autora somente requereu a execução da multa e não o adimplemento da obrigação.

Afirmou também que, durante o período no qual, supostamente, o fornecimento de energia elétrica estaria suspenso, houve consumo de energia na residência da apelada, consoante tabelas de consulta acostadas.

Ressaltou ainda que, caso entenda ser devida a cobrança das astreintes, estas devem ser estabelecidas em patamar proporcional e razoável, de modo a não causar enriquecimento ilícito à parte autora.

Por fim, demanda que sejam arbitrados em seu favor os honorários advocatícios referentes à impugnação ao cumprimento de sentença, na ordem de 20% sobre o valor perseguido pela impugnada.

Foram apresentadas contrarrazões, às fls. 348/354. Sucintamente, pleiteia pela conservação da sentença vergastada em todos os seus termos e sugere a aplicação, de ofício, de multa por litigância de má-fé.

Examino.

É forçoso reconhecer que a matéria de mérito posta ao Colegiado deverá ser julgada nos moldes do artigo 557, *caput* do CPC, o qual prevê diversas hipóteses que, configuradas, habilitam o Relator a julgar monocraticamente os recursos interpostos das decisões proferidas nas ações judiciais.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, pois o recurso é tempestivo e foi devidamente preparado.

Pois bem.

Primeiramente, não vislumbro litigância de má-fé pela recorrente, pois não há indícios nos autos que comprovem esta hipótese. Pelo contrário. A apelante apenas exerceu um direito que lhe é assegurado, qual seja de ter à sua disposição o devido processo legal.

Assim, não há como vigorar este argumento.

Adentrando no cerne deste litígio judicial ora apreciado, afere-se que não assiste razão à apelante.

[Assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

3

400

roq.

Enfatizo que, no presente caso, estamos diante de uma relação de consumo, sob a aplicabilidade das normas contidas no Código de Defesa do Consumidor.

Em se tratando de relação de consumo, é cabível a inversão do ônus da prova, conforme dispõe o artigo 6º, VIII do CDC.

Em assim sendo, observa-se que, por se tratar de matéria consumerista, é devida a inversão do ônus da prova, quando verificada a verossimilhança das alegações do autor ou quando for este hipossuficiente. É irrefutável, neste caso, a existência de uma relação de consumo entre a autora e a apelante. É o que dispõe o artigo 6º, VIII do CDC.

No caso em questão, às fls. 248, a autora ingressou com petição na qual afirmou que o fornecimento de energia elétrica somente se restabeleceu em 31/05/2011. Assim, requereu o bloqueio *on line* do montante relativo ao período de 11/11/2010 à data da satisfação da obrigação de fazer.

Às fls. 244, já teria sido determinado à apelante o pagamento das astreintes referentes ao período de 06/08/2010 a 10/11/2010, sendo R\$ 200,00 a multa para cada dia de atraso do cumprimento da obrigação de fazer.

Conforme fls. 251/259, a apelante realizou o depósito do referido valor. Contudo, no que diz respeito à obrigação de fazer, qual seja a de religar a energia elétrica da residência da apelada, permaneceu inadimplente, conforme decisão de fls. 284.

Às fls. 294/295 e fls. 325/327, a recorrente acostou cópias de telas que indicariam consumo de energia pela apelada no período de 24/08/2010 a 23/09/2012, evidenciando, assim, a satisfação da obrigação de fazer.

Entretanto, nestas telas não consta qualquer informação que permita associá-las à fatura da apelada. Pela inversão do ônus da prova, caberia à apelante apresentar provas cabais, que efetivamente comprovassem o restabelecimento de energia.

Por não haver prova contundente sobre o novo fornecimento de energia elétrica, conclui-se pela inadimplência da obrigação de fazer. Deste modo, resta imprescindível a incidência das astreintes, cuja função é impor coercitivamente uma conduta a ser adotada.

Vale destacar que a incidência das astreintes está diretamente ligada ao cumprimento da obrigação de fazer. Ora, o fato da apelada requerer apenas a

[Assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

4

401
[assinatura]

execução de multa, em vez de suscitar a satisfação da obrigação, não descaracteriza o inadimplemento da apelante.

Nestes moldes, é mister que a multa seja executada, a fim de que a apelante se sinta coagida a proceder com o comportamento a ela atribuído.

Desta maneira, por a empresa ré não ter agido espontaneamente, a incidência das astreintes, e sua conseqüente execução, parece ser o melhor mecanismo para o restabelecimento da atividade fim, qual seja, o provimento de energia elétrica para a apelada.

Às fls. 119/126, o juiz sentenciante determinou a multa diária em R\$ 200,00 por dia de descumprimento da obrigação de fazer. De acordo com as fls. 25/26, o corte de energia se deu em 08/11/2008 e o seu restabelecimento, em 31/05/2011 (fls. 248).

Por todo esse tempo, a CELPE permaneceu inadimplente em sua obrigação de fazer, causando um transtorno indevido à apelada. Graças a esse feito, a imputação deste *quantum* é proporcional e razoável, posto que o apelante deve sofrer as conseqüências de sua negligência.

Quando se estabelece esse valor, busca-se inibir a omissão diante de uma determinação judicial. Neste aspecto, além de coagir, as astreintes também tem por objetivo proporcionar à apelante um desconforto de ordem material como medida pertinente para embaraçar novas omissões lesivas.

Ainda que o montante ultrapasse o valor da obrigação principal, não significa que ensejará enriquecimento ilícito à parte beneficiada. O cerne do cálculo do *quantum* deverá ser o período de inadimplência da obrigação de fazer e o tempo em que a parte ficou sem ter sua pretensão satisfeita.

In casu, entendo que a multa diária imputada pelo juízo *a quo*, no valor de R\$ 200,00, e, por conseguinte, a quantia remanescente do total das astreintes em R\$ 48.720,00 revelam-se suficientes para inibir o inadimplemento e sensibilizar a apelante de que é mais vantajoso cumprir a obrigação de fazer do que pagar a pena pecuniária.

É o que entende a jurisprudência do STJ:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ASTREINTE. VALOR ELEVADO. PEDIDO DE REDUÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE MOTIVOS QUE JUSTIFIQUEM NÃO CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL. INDEFERIMENTO. 1. Para redução da multa diária fixada a fim de se cumprir obrigação de fazer ou de não fazer, é necessário que a elevação no montante

[assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

5

402

[assinatura]

não decorra simplesmente da resistência da parte em cumprir a ordem judicial. 2. A análise sobre o excesso da multa deve ser pensada de acordo com as condições enfrentadas no momento em que a multa incidia e com o grau de resistência do devedor. Não se pode analisá-la na perspectiva de quem, olhando para fatos já consolidados no tempo, depois de cumprida a obrigação, procura razoabilidade quando, na raiz do problema, existe um comportamento desarrazoado de uma das partes. 3. Recurso conhecido e improvido. (1135824 MG 2009/0132710-2, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 21/09/2010, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: Dje 14/03/2011).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. ASTREINTES. VALOR ARBITRADO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. 71. A fixação das astreintes por descumprimento de decisão judicial baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que o valor foi arbitrado em R\$ 100,00 (cem reais). Precedentes. 2. Agravo regimental não provido. (49265 GO 2011/0132302-6, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 11/09/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: Dje 17/09/2012).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL. FIXAÇÃO DE "ASTREINTES". VALOR IRRISÓRIO. AUMENTO DO VALOR DA MULTA EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. AFASTAMENTO DA SÚMULA 7/STJ. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVOS REGIMENTAIS A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 71. De acordo com a jurisprudência desta Corte, em sede de recurso especial, só é possível afastar o óbice da Súmula 7/STJ e admitir a revisão do valor da multa diária pelo descumprimento de decisão judicial ("astreintes"), quando ele se mostrar irrisório ou exorbitante, em ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 2. O valor da multa diária mantido pelo TRF da 5ª Região em R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por dia de descumprimento da ordem judicial de averbação do tempo de serviço do autor, mostrou-se irrisório diante do objetivo visado pelo autor (obtenção de benefício previdenciário) e do tempo que o INSS demorou para cumprir a obrigação (mais de três anos), possibilitando afastar a Súmula 7/STJ para revisar o valor arbitrado a título de "astreintes". 3. A fixação de multa diária pelo descumprimento de determinação judicial ("astreintes") deve basear-se nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, e tem

[assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

6

403
[assinatura]

como objetivo desestimular a inércia injustificada do sujeito passivo em cumprir a determinação do juízo, mas sem se converter em meio de enriquecimento sem causado autor.4. Agravos regimentais a que se nega provimento. (1014737 SE 2007/0296698-1, Relator: Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), Data de Julgamento: 25/09/2012, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/12/2012)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ÁGUA E ESGOTO. TUTELA ANTECIPADA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 284/STF E 7/STJ. ASTREINTES. VALOR NÃO ABUSIVO.2841. Trata-se de debate sobre concessão de antecipação de tutela em Ação Civil Pública que determinou a cessação do lançamento de esgotos in natura em cursos de água e a apresentação de projeto e cronograma de obra de coleta e tratamento. 2. A respeito da aplicação da Lei 11.445/2007, ainda que se possa identificar a referência ao art. 19 nas razões recursais, diversos óbices impedem o conhecimento da questão: a) não houve prequestionamento do tema no acórdão recorrido; c) a despeito da oposição de aclaratórios, a matéria não foi aventada; ao alegar violação do art. 535 no Recurso Especial, a ora agravante foi inespecífica, incidindo na Súmula 284/STF; d) o dispositivo trata genericamente da previsão de plano para prestação de serviço público de saneamento básico e não tem carga suficiente para infirmar a decisão recorrida, e d) verificar se a consecução da tutela privará a agravante de "recursos substanciais para consecução do seu mister" demanda reexame dos fatos, vedado pela Súmula 7/STJ.11.4453. Sobre as astreintes, a jurisprudência do STJ pacificou-se no sentido de que só é admitida a revisão do valor da multa cominatória na hipótese em que ele tenha sido fixado em valor irrisório ou abusivo, o que não é o caso dos autos. 4. Os dados do acórdão descrevem a situação que se pretende remediar (com especial menção ao longo tempo pelo qual perdura a afirmada ilegalidade) e as considerações sobre a possibilidade de adimplemento da obrigação por força da dilatação do prazo (de 3 para 60 meses).5. Agravo Regimental não provido. (126338 SP 2011/0293281-4, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 17/05/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/05/2012)

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. FAZENDA PÚBLICA. ASTREINTES. POSSIBILIDADE. VALOR EXCESSIVO. REEXAME DE PROVAS. ENUNCIADO Nº 7/STJ. 71. Esta Corte firmou compreensão de que são cabíveis astreintes como meio coercitivo para o cumprimento de obrigação de fazer ou entregar coisa. 2. Aferir a adequação da multa diária é matéria que demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, providência sabidamente incompatível com a via estreita do recurso especial (enunciado nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça).3. Agravo

[assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

7

404

[Assinatura]

regimental a que se nega provimento. (1221660 SC 2010/0211363-5, Relator: Ministro HAROLDO RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE), Data de Julgamento: 22/02/2011, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/04/2011)

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASTREINTE. VALOR INSUFICIENTE. LIMINAR OBTIDA. EXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO SUSPENSÃO. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE EXECUÇÃO COM FUNDAMENTO EM CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. EXIGIBILIDADE SUSPENSÃO. NEGATIVAÇÃO NO SERASA. CONSEQUÊNCIA DIRETA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO. DESCASO DO DEVEDOR. DESCUMPRIMENTO QUE PERSISTE. GRANDE CAPACIDADE ECONÔMICA DO EXECUTADO. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. DEFERIMENTO. MULTA COMINATÓRIA MAJORADA. 1. A negativação do nome do devedor em cadastro restritivo de crédito como consequência direta do ajuizamento de ação de execução lastreada em contrato de confissão de dívida, configura descumprimento de ordem judicial exarada em decisão que deferiu pedido liminar para suspender a exigibilidade do título executivo extrajudicial e determinar uma obrigação de não fazer, consistente no impedimento à exequente de lançar o nome do autor em cadastros negativos. 2. Sendo o descaso do devedor o único obstáculo ao cumprimento da determinação judicial para o qual havia a incidência de multa diária e considerando-se que ainda persiste o descumprimento da ordem, justifica-se a majoração do valor das astreintes. 3. A astreinte deve, em consonância com as peculiaridades de cada caso, ser elevada o suficiente a inibir o devedor - que intenciona descumprir a obrigação - e sensibilizá-lo de que é muito mais vantajoso cumpri-la do que pagar a respectiva pena pecuniária. Por outro lado, não pode o valor da multa implicar enriquecimento injusto do devedor. Precedentes. 4. Na hipótese de se dirigir a devedor de grande capacidade econômica o valor da multa cominatória há de ser naturalmente elevado, para que se torne efetiva a coerção indireta ao cumprimento sem delongas da decisão judicial. Precedentes. 5. Recurso especial provido, para majorar a multa cominatória ao importe de R\$7.000,00 (sete mil reais) por dia de descumprimento, sem prejuízo das atualizações legalmente permitidas, adotando como termo inicial, da mesma forma como fez o Tribunal de origem, a data da intimação pessoal do representante legal da recorrida, qual seja, 28 de julho de 2006, de modo que, até o presente momento, resultam aproximadamente 49 meses de descumprimento. (1185260 GO 2010/0044781-6, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 07/10/2010, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/11/2010).

[Assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

8

405
rp.

Atento aos aspectos antes referidos, constato que o valor atende aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, estando bem sopesado diante das circunstâncias, não se afigurando excessivo.

Imperioso asseverar que, com relação ao pedido de honorários advocatícios em seu favor, não assente razão à apelante. A impugnação ao cumprimento de sentença, conforme fls. 290/303, foi interposta pela própria recorrente e, de acordo com a sentença às fls. 317/318, foi rejeitada.

Logo, a parte sucumbente é a impugnante. Deste modo, os honorários advocatícios são devidos à impugnada, não merecendo prosperar, portanto, o argumento da apelante.

Posto isto, **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso, mantendo em todos os seus termos a sentença vergastada.

Publique-se.

Recife, 20 de fevereiro de 2013.

Des. Jones Figueirêdo Alves
Relator

Da leitura da decisão, percebe-se que a matéria encontra-se suficientemente fundamentada e objetiva, não trazendo o agravante, em suas razões, elemento apto a modificar o posicionamento adotado na presente decisão monocrática.

Os julgados colacionados no *decisum* hostilizado demonstram que a matéria trazida a julgamento encontra-se pacificada no STJ, o que apenas confirma a improcedência da apelação, conforme decisão de fls. 363/369 do processo de Apelação de nº 0296563-7.

Posto isto, o meu voto é no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso, mantendo incólume a decisão definitiva ora vergasta.

Recife, 21 de março de 2013.


Des. Jones Figueirêdo Alves
Relator